

## Povos Campesinos: caminhos para a democratização de acesso à educação

 Raphaella Ferreira de Moura Negromonte<sup>1</sup>,  Maria de Fátima Gomes da Silva<sup>2</sup>

<sup>1, 2</sup> Universidade de Pernambuco - UPE. Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco/Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável. Avenida Sport Clube do Recife, 252. Recife- PE.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: raphaella.negromonte@upe.br*

**RESUMO.** Este estudo tem como objetivo mapear a produção acadêmica no Brasil sobre os caminhos utilizados para a democratização do acesso dos povos campesinos à educação, presentes na literatura constante nas bases científicas, considerando o marco teórico no período de 2017 a 2022. Para tanto, utilizou-se a revisão sistemática da literatura, cuja tipologia foi a meta-análise qualitativa, utilizando-se de descritores embasados no acesso de povos campesinos à educação no campo. Realizou-se a pesquisa e os levantamentos das produções científicas, que possuíam relação com a investigação, em seguida, leitura dos títulos, das palavras-chave e dos resumos para, posteriormente, proceder com um estudo exploratório do arcabouço teórico. A pesquisa evidenciou que a educação do campo ainda é uma pauta a ser ampliada as discussões, assim como que a Pedagogia da Alternância tem sido apontada como um dos caminhos norteadores para a democratização dos povos campesinos à educação do campo. Além disso, percebeu-se que os estudos demonstram a importância de os espaços educativos não se limitarem à sala de aula e que as concepções pedagógicas devem estar atreladas à inserção da realidade dos povos do campo como parte das discussões dos conteúdos vivenciados em sala de aula.

**Palavras-chave:** educação do campo, povos campesinos, democratização do acesso e saberes dos povos campesinos.

# Peasant Peoples: Pathways to Democratizing Access to Education

**ABSTRACT.** This study aims to map the academic production in Brazil on the paths used for the democratization of the access of peasant peoples to education, present in the literature contained in scientific databases, considering the theoretical framework in the period 2017 to 2022. To do so, a systematic literature review was used, whose typology was the qualitative meta-analysis, using descriptors based on the access of peasant peoples to education in the countryside. The search and survey of scientific productions related to the investigation was carried out, followed by the reading of titles, keywords, and abstracts, to proceed later with the exploratory study of the theoretical framework. The research evidenced that rural education is still an issue to be furthered in the discussions, as well as that the alternating cycle pedagogy has been pointed out as one of the guiding paths for the democratization of rural peoples to rural education. Moreover, it was noticed that the studies demonstrate the importance of the educational spaces not being limited to the classroom and that the pedagogical conceptions should be linked to the insertion of the reality of the rural people as part of the discussions of the contents experienced in the classroom.

**Keywords:** rural education, peasant peoples, democratization of access to and knowledge of peasant peoples.

## Pueblos campesinos: vías para democratizar el acceso a la educación

**RESUMEN.** Este estudio tiene como objetivo mapear la producción académica en Brasil sobre los caminos utilizados para la democratización del acceso de los pueblos campesinos a la educación, presentes en la literatura contenida en las bases científicas, considerando el marco teórico en el período de 2017 a 2022. Para ello, se utilizó la revisión sistemática de la literatura, cuya tipología fue el meta-análisis cualitativo, utilizando descriptores basados en el acceso de los pueblos campesinos a la educación en el campo. Se realizó la investigación y las encuestas de las producciones científicas, que tenían relación con la investigación, después, la lectura de los títulos, palabras clave y los resúmenes para, posteriormente, proceder al estudio exploratorio del marco teórico. La investigación evidenció que la educación rural sigue siendo un tema a ampliar en las discusiones, así como que la pedagogía de ciclo alternado ha sido señalada como uno de los caminos orientadores para la democratización de los pueblos rurales a la educación rural. Además, se observó que los estudios demuestran la importancia de que los espacios educativos no se limiten al aula y que las concepciones pedagógicas se vinculen a la inserción de la realidad de los pueblos rurales como parte de las discusiones de los contenidos vividos en el aula.

**Palabras clave:** educación de campo, pueblos campesinos, democratización del acceso y conocimiento de los pueblos campesinos.

## Introdução

O presente estudo realizou um mapeamento da produção acadêmica no Brasil sobre o acesso de povos campesinos à educação. Assim, buscou-se levantar e analisar as discussões teóricas e científicas que demonstrassem as condições de democratização ofertadas a esses povos.

A proposição dessas discussões sobre a educação no campo advém da preocupação de romper os paradigmas educacionais, ainda, pautados na dicotomia entre a colonialidade e a modernidade, apontada por Farias e Faleiro (2020, p. 1) como um resquício presente, até os dias atuais, haja vista que essas divergências foram constituídas “a partir da colonização da América, e suas bases são intrínsecas ao urbanocentrismo, que se constrói sob a égide da civilidade, pautado nas dicotomias entre o urbano-superior e o rural-inferior”.

Nessa direção, encontram-se os povos marginalizados que possuem seus diferentes modos de vida e diferenças culturais na contramão de um urbanocentrismo<sup>1</sup>. Por isso, tem-se um processo de inferiorização e a manutenção de realidades de povos alheios ao processo de desenvolvimento (Farias & Faleiro, 2020).

Esse desenvolvimento tem relação direta com as propostas educacionais que, por muitos anos, foi razão de lutas sociais e sindicais. Oliveira e Fernandes (2018, p. 184) coadunam com os apontamentos de Farias e Faleiro (2020), ao revelarem, em seus estudos, que, não obstante a “sociedade brasileira tenha se desenvolvido fundamentalmente no e a partir do campo, a constituição do processo educativo formal em nosso país negligenciou tanto os sujeitos do campo, as sociabilidades do campo quanto o modo de vida campesino”.

Com isso, a busca pelo combate ao modelo hegemônico vem sendo pauta de lutas existentes pelos movimentos sociais no campo na perspectiva de alcance dos seus respectivos direitos, dentre eles, a educação. Autores como Alves *et al.* (2021, p. 3) asseguram que a educação brasileira já vem avançado no que concerne à educação do campo, pois, vem fomentando o “desenvolvimento de novos paradigmas educacionais que nascem de outro olhar sobre o campo”.

Um dos paradigmas que tem sido destacado pelos autores é a substituição do termo e da reconfiguração do que o mesmo representa em torno de uma educação anteriormente denominada de educação rural, cujo contraposto teórico-prático é denominado educação no campo, que, conforme explicam Oliveira e Fernandes (2018, p. 184), “só recentemente foi incluída no vocabulário da educação brasileira e na letra das leis relativas à educação nacional embora a educação “no” campo seja tão antiga quanto a própria vida campestre nacional”.

Os limites da substituição do termo não são estabelecidos pela troca de nome, mas pelo que a mesma representa, de modo que essa proposta de modalidade educacional se reconfigure permitindo que os povos do campo e suas realidades sejam incorporadas ao contexto educacional.

Gomes, Araújo e Antunes (2019, p. 15) corroboram que essa mudança de nome “significou a ruptura com uma visão calcada em uma assimetria social e educacional em busca de construção de uma educação baseada na participação coletiva”, preocupando-se com apropriação de indivíduos que, assim, são denominados por viverem de sua subsistência.

Os povos denominados do campo, que vivem de sua própria subsistência, se constituem por: “agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam materiais para sua existência” (Decreto 7.352, 2010).

Nessa esteira, as realidades diferentes vivenciadas por esses povos se conectam tanto por melhores condições de existência na sociedade, por direitos de acesso à educação e pela resolução de aspectos conflitantes que impeçam o que os autores Vizolli, Aires e Barreto (2018, p. 3) definem com uma sustentável relação entre “terra-homem-trabalho-educação, cuja resolução está atrelada a uma educação específica a ser ofertada aos povos que vivem no e do campo”.

Daí, decorre afirmar a relevância do presente estudo em como esse acesso à educação tem sido proporcionado a esses povos do campo e quais os caminhos acadêmicos, científicos, pedagógicos e metodológicos têm sido implementados na direção de um processo de democratização de acesso aos povos campesinos à educação, por meio de um diálogo epistemológico, oriundo das percepções das autoras do artigo sobre as produções acadêmicas no Brasil.

Para isso, foi realizado um mapeamento da produção acadêmica no Brasil sobre o referido acesso e como esses caminhos convergem e divergem na perspectiva da oferta de uma educação, como um direito fundamental e incluyente a todos os povos. Assim, com a pergunta de partida - quais caminhos têm sido utilizados para a democratização de acesso de povos campesinos à educação? - constituiu-se a pesquisa. O objetivo geral foi mapear a produção acadêmica no Brasil sobre os caminhos utilizados para a democratização do acesso dos povos campesinos à educação.

## Metodologia

A construção dos pressupostos teóricos do presente artigo foi realizada a partir de um mapeamento da produção acadêmica no Brasil, cujo marco temporal foi o período de 2017 a 2022.

Realizou-se uma revisão sistemática, que é definida por Galvão e Ricarte (2020, p. 58) como “uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande *corpus* documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto.”

A presente revisão sistemática se propôs a estruturar um *corpus* documental, a partir de recortes da literatura que contivessem discussões teóricas e empíricas acerca da educação no campo e de suas respectivas propostas de democratização. Para isso, adotou-se uma pesquisa com as seguintes palavras-chave: “Campesinos e educação”; “Povos campesinos e educação”; “Interculturalidade e educação”; “Saberes dos povos campesinos” e “Povos do campo e educação”.

No intuito de dar continuidade à revisão sistemática, buscou-se adotar as orientações de Galvão e Ricarte (2020, p. 58), no que diz respeito ao foco necessário estabelecido pelos autores ao se referir à “preocupação em estabelecer critérios que observem o caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores”. Para isso, buscou-se apresentar explicitamente as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as de busca empregadas em cada uma delas, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos mesmos e o processo de análise de cada um.

Adotou-se, com isso, a meta-análise qualitativa dos referidos autores, pois buscou-se “sintetizar estudos qualitativos sobre um tópico a fim de localizar temas, conceitos ou teorias-chave que forneçam novas ou mais poderosas explicações para o fenômeno sob análise”, nesse caso, caminhos democráticos de acesso aos povos do campo.

Diante do exposto, após levantamento dos materiais bibliográficos encontrados, a pesquisa demonstrou que as discussões teóricas sobre as realidades dos povos do campo ainda se apresentaram de forma incipiente.

A seguir, são dispostos os critérios de inclusão e de exclusão utilizados para a pesquisa, conforme constam, no Quadro 1:

Quadro 1 – Critérios de Inclusão e Exclusão.

<b>Critérios de Inclusão</b>	<b>Critérios de Exclusão</b>
Artigos em Língua Portuguesa, no período de 2017 a 2022, que abordem questões de povos do campo e a educação.	Artigos em língua estrangeira publicados no período de 2017 a 2022, que não abordem questões de povos do campo e a educação.
Artigos que, no título, entre as palavras-chaves ou no resumo apresentavam os descritores: “Camponeses e educação”; “Povos camponeses e educação”; “Interculturalidade e educação”; “Saberes dos povos camponeses” e “Povos do campo e educação”.	Artigos que no título, entre as palavras-chaves ou no resumo não apresentavam os descritores: “Camponeses e educação”; “Povos camponeses e educação”; “Interculturalidade e educação”; “Saberes dos povos camponeses” e “Povos do campo e educação”.
Artigos que no resumo demonstrassem questões sobre a educação e o acesso à educação pelos povos do campo	Artigos que no resumo não sinalizassem a abordagem de questões sobre a educação e o acesso pelos povos do campo
Seleção da criterização “revisão por pares” na plataforma estudada do item revisão por pares	Aqueles que não compõem a seleção da criterização “revisão por pares” na plataforma estudada do item revisão por pares

Fonte: Negromonte e Silva (2022).

Após as etapas metodológicas cumpridas, procedeu-se a uma análise e discussão dos resultados.

## **Resultados e Discussão**

Na presente seção, foram expostos o mapeamento da produção acadêmica acerca dos povos camponeses e da educação, assim como caminhos propostos para democratizar o acesso à educação por esses povos.

### ***Mapeamento da produção acadêmica no Brasil sobre o acesso de povos camponeses à educação***

A produção acadêmica no Brasil sobre o acesso de povos camponeses se demonstrou passível de ampliação de novas pesquisas acadêmicas, haja vista que as peculiaridades dos povos camponeses são diversas, complexas e têm sido pouco exploradas nos estudos científicos.

É importante destacar que tal como aconteceu com os autores Amaral e Mateus (2020), que realizaram uma recente revisão sistemática de literatura sobre as concepções de Educação do Campo, com um percentual de “76% dos artigos achados foram oriundos da Revista Brasileira de Educação do Campo”, o presente trabalho também teve uma predominância de 9 artigos oriundos daquela Revista (Amaral & Mateus, 2020, p. 11).

Foram encontrados também artigos nos periódicos Educação em Revista – EDUR (1), Educação e Pesquisa (1) e Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS) (1), sendo

a Revista Brasileira de Educação do Campo aquela que “se constitui como uma importante referência no país em se tratando de publicações de estudos sobre a Educação do Campo” (Amaral & Mateus, 2020, p. 11), razão pela qual, também, buscou-se submeter este trabalho.

Dos achados da pesquisa, obteve-se como aporte teórico 6 dissertações, 6 teses e 15 artigos científicos, os quais demonstraram relação com o presente estudo. As bases científicas de dados, que compuseram a pesquisa, foram a Scielo, Capes Periódicos (revisado por pares), Capes (plataforma sucupira) e BDTD (biblioteca digital brasileira de teses e dissertações) e *Google Scholar*.

Após a leitura exploratória dos resumos da pesquisa, foram descartados 7 arquivos, entre dissertações e teses, e mantidos todos os artigos científicos encontrados.

No Quadro 2, verifica-se o detalhamento desse levantamento no que se refere aos artigos:

Quadro 2 – Mapeamento da produção acadêmica no Brasil – Artigos.

Nº	TÍTULO	BASE DE DADOS	ANO
1	Educação dos povos do campo no Brasil: colonialidade/modernidade e urbanocentrismo	Scielo	2020
2	A teia dos povos e a universidade: agroecologia, saberes tradicionais insurgentes e descolonização epistêmica	Scielo	2022
3	Interculturalidade na formação de professores do campo: análise de uma experiência	Capes periódicos (revisado por pares)	2017
4	Ecologia de saberes na educação do campo como alternativa epistemológica e societal: experiência do siecs	Capes periódicos (revisado por pares)	2018
5	O campo e a educação: caminhos e descaminhos das políticas educacionais brasileiras	Capes periódicos (revisado por pares)	2018
6	Licenciatura em educação do campo: contribuições à formação de monitores de escolas família agrícola	Capes periódicos (revisado por pares)	2018
7	Legislação sobre posse de terras e educação do campo no Brasil	Capes periódicos (revisado por pares)	2019
8	Licenciatura em educação do campo: contribuições à formação de monitores de escolas família agrícola	Capes periódicos (revisado por pares)	2018
9	A Pedagogia da Alternância presente nos projetos político-pedagógicos das escolas famílias agrícolas do Tocantins	Scielo	2018
10	Educação popular e educação do/no campo: perspectivas para uma educação inclusiva – a escola família agrícola em Sidrolândia - MS	Capes periódicos (revisado por pares)	2017
11	O movimento dos pequenos agricultores na interface entre agricultura familiar e educação do campo	Capes periódicos (revisado por pares)	2017
12	Educação do campo, ensino médio e juventude camponesa: conceitos em construção	Capes periódicos (revisado por pares)	2018
13	Que educação para os povos do campo no sudeste de Goiás?	<i>Google Scholar</i>	2021
14	Os (des)caminhos da Educação do Campo em Campos dos Goytacazes: uma análise das políticas públicas educacionais	<i>Google Scholar</i>	2022
15	Concepções de Educação do Campo: uma revisão sistemática de literatura	<i>Google Scholar</i>	2022

Fonte: Negromonte e Silva (2022).



Um dos aspectos convergentes identificados nos artigos foi que esses defendiam uma necessária adaptação das atividades voltadas ao ensino e aprendizagem à realidade vivenciada pelos povos do campo, de modo que o respeito à cultura e à diversidade étnica fosse considerada na tomada de decisões administrativas, na construção de propostas pedagógicas e na preocupação de inclusão e busca por um coletivo que se preocupa com as singularidades.

Outrossim, destaca-se que o arcabouço teórico mapeado trouxe uma percepção compartilhada de não ter como implementar ações voltadas aos povos do campo sem que a escola dialogue com os mesmos ou esteja presente, vivenciando aquela realidade, para adaptá-la ao processo educativo.

Os autores também coadunam com uma preocupação de garantia da educação como um direito fundamental e precípua para que os povos do campo alcancem seus demais direitos; por isso, ressaltam que a necessidade de estabelecer melhorias no acesso à educação, por parte desses povos, deve ser um compromisso de todos, governantes, sociedade civil, empresas e, especialmente, da própria escola.

A seguir, no Quadro 3, verifica-se o detalhamento desse levantamento no que se refere às teses e dissertações:

Quadro 3 – Mapeamento da produção acadêmica no Brasil – Artigos e Teses.

Nº	TÍTULO	BASE DE DADOS	ANO
13	Os saberes camponeses nas práticas docentes em escolas do campo no município de riacho das Almas-PE: um olhar através dos paradigmas da educação do campo	Capes (plataforma sucupira)	2020
14	Egressas do curso de licenciatura em educação do campo da UFMG: olhares para escolas no contexto camponês em Francisco Sá/MG	Capes (plataforma sucupira)	2020
15	O ensino de geografia, a educação do/no campo e o território: uma proposta de sequência didática investigativa para a escola Família Agrícola de Veredinha - MG	Capes (plataforma sucupira)	2019
16	Mapeando a educação do campo em minas gerais: um estudo sobre egressos da licenciatura em educação do campo da UFMG (2005-2011) do Vale do Jequitinhonha	Capes (plataforma sucupira)	2019
17	Por dentro de uma escola pública camponesa em tempos de resistência: o caso da escola do Xuri.	BDTD (biblioteca digital brasileira de teses e dissertações)	2019
18	Crença, motivação e autonomia em relatos de experiência docente no ensino de inglês para alunos camponeses da EJA	B (biblioteca digital brasileira de teses e dissertações)	2020
19	Livros didáticos do PNLD campo e epistemologias camponesas	BDTD (biblioteca digital brasileira de teses e dissertações)	2019
20	Por uma educação do campo popular: uma	BDTD (biblioteca digital	2018

Nº	TÍTULO	BASE DE DADOS	ANO
	análise a partir do curso de licenciatura interdisciplinar em educação do campo da UFRSA	brasileira de teses e dissertações)	
21	Concepções e práticas da educação do campo: um estudo com professores em formação	BDTD (biblioteca digital brasileira de teses e dissertações)	2017
22	Institucionalização da licenciatura em educação do campo na UNIFESSPA: avanços e contradições	BDTD (biblioteca digital brasileira de teses e dissertações)	2020
23	A licenciatura em educação do campo no estado de Roraima : contribuições para a escola do campo	BDTD (biblioteca digital brasileira de teses e dissertações)	2018
24	A alfabetização é nossa! contribuições da educação dialógica à alfabetização e ao letramento do campo: um estudo bibliográfico	BDTD (biblioteca digital brasileira de teses e dissertações)	2021

Fonte: Negromonte e Silva (2022).

As dissertações compostas no item 14 e 16 foram excluídas, dada à sua relação direcionada para os egressos e, após a leitura mais aguçada, percebeu-se que possuía um direcionamento maior ao povo campesino egresso. Quanto às dissertações 18, 20, 21, 22 e 23, as mesmas não foram utilizadas, tendo em vista que o aprofundamento do estudo e de suas temáticas divergiam do foco principal da presente pesquisa.

Observou-se que as dissertações estavam alinhadas com as diretrizes da proposição de uma educação do campo que reconheça as diferenças do modo de vida do campo, dos saberes, das experiências, da cultura e das potencialidades que melhor devem ser aproveitadas dos povos campesinos e da região em que eles estão inseridos, devendo os processos didáticos-pedagógicos serem alterados para a promoção da cidadania, da igualdade e do desenvolvimento para todos.

### ***Caminhos para a democratização de acesso de povos campesinos à educação: o diálogo com as produções acadêmicas no Brasil.***

Após a revisão sistemática realizada, a presente seção foi estruturada com os principais caminhos apontados pelos autores das produções acadêmicas no Brasil que estivessem alinhadas com uma democratização de acesso à educação pelos povos do campo.

Em seu estudo sobre a Pedagogia utilizada e a observância dos Projetos Políticos Pedagógicos em escolas agrícolas, no Tocantins, Vizolli, Aires e Barreto (2018, p. 3) apresentam que uma proposta adequada de democratização do acesso dos povos campesinos é implementar uma transformação na escola que esteja alinhada com a construção de princípios pedagógicos que correspondam à instituição de uma Pedagogia da Alternância, cuja definição

propõe que o processo educativo aconteça “em tempos/espços alternados (escola-comunidade), com instrumentos didático-pedagógicos elaborados a partir da realidade da escola e de seus estudantes”.

Essa pedagogia se apresenta como uma alternativa à inclusão dos povos do campo, pois promove uma educação específica direcionada às realidades dos diferentes sujeitos, tal como os do campo, já que se trata de uma “proposta educacional que contempla, respeita e valoriza os saberes presentes em contextos socioculturais, considerando a escola, a família e a comunidade como espaços de produção, organização, articulação e difusão de conhecimentos” (Vizolli, Aires & Barreto, 2018, p. 3).

Com isso, a percepção desses autores coaduna com uma necessidade de esses caminhos pedagógicos associarem a valorização das experiências do estudante e do contexto em que ele está inserido, permitindo um maior envolvimento por parte dele, à proporção que o mesmo identifica o compromisso da Instituição e dos seus respectivos responsáveis com suas diferenças socioculturais.

Alves *et al.* (2021) também defendem a Pedagogia da Alternância no processo de ensino-aprendizagem para um melhor acesso pelos povos do campo, pois “ocorre em espaços e territórios diferenciados e alternados. Os autores (2021, p.19) elencam que, em seus achados, são percebidas que essas medidas têm sido efetivas no âmbito da Escola de Família Agrícola de Orizona - EFAORI, pois, diante da realidade dos jovens que cursam Ensino Médio e ensino técnico concomitantemente, a alternância tem sido favorável à aprendizagem, uma vez que esses “permanecem um período na escola, em regime de internato, e, por igual período, permanecem na propriedade, com suas famílias, aplicando os conhecimentos apreendidos na escola”.

Essa Pedagogia da Alternância também foi apontada por Silva Filho (2018), em sua dissertação, como uma alternativa ao estímulo ao diálogo e à autonomia.

Por isso, essa relação de uma oferta de ensino que proporcione a aplicação dos conhecimentos e reúna as possibilidades de os saberes serem praticados a partir da vida pessoal e profissional desses povos facilita para que haja um retorno dos saberes para as comunidades em que esses estiverem inseridos.

Assim, a promoção de espaços que ofertem uma educação do campo qualificadamente ressignifica a realidade posta e se compromete com a eliminação da “dicotomia campo e cidade, entendendo que se faz necessário superar a lógica do capital que coisifica os sujeitos

e, nesse sentido, engajar-se com a luta maior que coloca os sujeitos na centralidade do debate” (Gonçalves, 2018, p. 624).

No caso dos povos do campo, acentua-se a necessidade de que esses saberes ultrapassem os limites da sala de aula, pois eles reconhecem na educação uma oportunidade de acesso aos seus demais direitos e de suas respectivas famílias, na perspectiva de uma sobrevivência com dignidade e o direito à sua permanência no campo como meio de subsistência.

Nessa esteira, a busca por uma educação que contemple os povos do campo é essencial a ser conduzida pelas Instituições de Ensino, de modo a contribuir com o desenvolvimento das realidades que os circundam, proporcionando aos povos campesinos reescreverem suas histórias de exclusão. Assim, o caminho de democratização proposto por Alves *et al.* (2021, p. 4) é que se construa uma proposta para “repensar a educação a ser ofertada para os povos do campo, mas, agora, com os povos do campo”.

Essa proposta encontra bases nos estudos de Lima (2021), em decorrência de a autora defender que as transformações necessárias para uma educação da contemporaneidade de modo que a construção de um conhecimento seja acessível aos diferentes indivíduos e às diferentes realidades.

Para a autora Lima (2021, p. 1621-1622), a educação da contemporaneidade “deve romper o paradigma de uma lógica academicista excludente”, de modo que haja uma proposta de ensino pautada na construção de um conhecimento dinâmico e com “multifacetadas de tal forma que a família, os educadores, o estudante e meio social sejam coparticipes, em um processo mediado pela valorização e pelo respeito às diferenças socioculturais inerentes às populações do campo”.

Essas multifacetadas contemplam as peculiaridades das populações, inclusive, as do campo, de tal forma, que as diferenças socioculturais não sejam só respeitadas e inseridas no contexto prático-teórico, mas, também, que a coparticipação deles no processo de ensino e aprendizagem venha a ser oportunizada para fortalecer, ainda mais, o enriquecimento dos saberes discutidos em sala de aula.

Alves *et al.* (2021, p. 20) também defendem que, ao relacionar a educação do campo às vivências dos povos que dela dependem, transforma-se em um importante “mecanismo de fortalecimento na luta pela terra, tanto para o acesso, quanto para permanência nela, por isso, precisa-se valorizar os saberes e fazeres do campo”.

Essa interação entre o estudante como participante do processo de ensino-aprendizagem se remete à proposta de uma educação libertadora e inclusiva, defendida por Paulo Freire, ao mencionar que “quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio” (Freire, 2010, p. 80).

Com isso, a problematização traz à tona a responsabilidade do educando ser parte das discussões postas em sala de aula. Autores como Alves *et al.* (2021, p.3) revelam que a educação brasileira já vem avançado no que concerne à educação do campo, que, a partir de lutas de movimentos sociais do campo na luta pelos seus direitos, tal qual a educação, tem-se ampliado o “desenvolvimento de novos paradigmas educacionais que nascem de outro olhar sobre o campo”, e traz à educação o grande desafio de entender as diferenças sociais, culturais e políticas que devem ser abarcadas em um ensino inclusivo e transformador.

Nesse discurso supracitado por Alves *et al.* (2021), percebe-se a busca por caminhos que permitam o acesso educacional, mas que os valores culturais sejam prevalectidos e respeitados. Diante disso, para se repensar a educação para os povos do campo, iniciativas locais devem ser construídas com a participação desses povos.

Adicionalmente, autores como Santos e Richard (2017, p. 101-102) trazem como alternativa que tais iniciativas sejam norteadas por uma “política nacional de educação do campo, a partir do diálogo com as diversas esferas da gestão do Estado, com os movimentos e organizações sociais do campo brasileiro”.

Percebe-se que para os autores supracitados, a culminância de um acesso à educação por parte dos povos camponeses está diretamente vinculada à capacidade de articular ações locais com diretrizes nacionais que dialoguem na busca de uma inclusão social, da promoção da cidadania e da valorização da diversidade étnica e cultural desses povos.

Estratégias educacionais sobre esse cuidado com a diversidade étnica e cultural também foram discutidas por Marques (2017, p. 467), ao mencionarem que “a participação ativa de grupos populares na elaboração e seleção dos conteúdos escolares e estratégias educativas” devem ser adotadas na perspectiva de ter uma representatividade com essa visão para proporcionar um processo educativo que envolva diferentes realidades.

Para isso, o autor sugere que “os órgãos gestores, quando possíveis, sejam compostos por representantes de movimentos sociais, egressos, discentes e docentes que possuam envolvimento com a Educação do Campo” (Marques, 2017, p. 467).

Assim, a articulação da gestão educacional com propostas que estejam alinhadas com os sujeitos que dela fazem parte favorece o surgimento de sentimentos de pertencimento e corresponsabilidade por parte dos envolvidos, pois se percebe que a efetividade de ações voltadas ao campo é inerente à participação com opiniões, observância e escutas desses povos conjuntamente.

Essa proposta de maior articulação com os povos campesinos foi estudada por Pimentel e Menezes (2022, p. 1), a partir das relações entre a Universidade Federal do Sul da Bahia e a Teia dos povos, “movimento que articula comunidades tradicionais e movimentos sociais do campo e da cidade, que se propõe ao encontro de saberes tradicionais aos conhecimentos acadêmicos como uma referência pedagógica de uma educação descolonizadora”. Uma das ações percebidas foi que, “a Teia lançou no portal de vídeos *Youtube* o canal Diálogo com os Povos e passou a produzir programas ao vivo (as chamadas *lives*) com alguns dos principais mestres dos saberes tradicionais e populares que se conectaram à aliança nos últimos anos”, conforme afirmam Pimentel e Menezes (2022, p. 14).

Essas articulações, tal como as promovidas pelos povos da Teia, são relevantes para eliminar as barreiras de acesso de grupos excluídos socialmente e proporcionar a educação como um direito dentro dessa lógica de diversidade e da ampliação da aproximação entre a sociedade e a Universidade.

Nessa direção, Marques (2017, p. 467) complementa que as Instituições devem prezar pelo fomento ao direito à igualdade, por isso, reconhece que um pilar do “princípio da igualdade de oportunidades é a participação frequente de representantes de movimentos sociais do campo em palestras, conferências e encontros promovidos na proposta de relação comunidade-escola.

Concorda-se com o autor, ao demonstrar que o envolvimento dos povos do campo na construção de propostas pedagógicas e educativas cotidianamente aproxima a disseminação de saberes orientados pelas experiências vivenciadas pelos povos do campo, permitindo maiores condições de contemplar suas reais necessidades nas políticas implementadas.

Gomes, Araújo e Antunes (2019, p. 18) também compartilham dessa construção de saberes permeada por uma lógica em que os “discursos produzidos para as questões educacionais campesinas apresentem diversidade, construindo interpretações para tais, de acordo com concepções de campo e de educação do campo”. Nessa perspectiva, os docentes devem desenvolver conteúdos e práticas pedagógicas que dialoguem com essa pluralidade e realidade social diversificada.

Para isso, os autores Assunção e Bernardelli (2017, p. 316) orientam sobre uma estratégia de implementação de medidas de parcerias e de aproximação entre comunidade do campo, docentes e escola:

A escola articula-se com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER, o Movimento Sem Terra - MST, a Federação dos Trabalhadores em Agricultura - FETAGRI e a Central Única dos Trabalhadores - CUT e estabelece parcerias com os sítiantes da região, que oportunizam aos alunos receberem aulas práticas dos técnicos agrícolas, de piqueteamento, agroindústria de polpa e frutas, desenvolvimento de hortas, adubos orgânicos, irrigação, viveiros de mudas do cerrado, entre outros. Para o ano de 2017 estão estabelecendo parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, para que possam contribuir com a formação de seu quadro de professores, em termos dos conhecimentos técnicos e pesquisa.

Com isso, é perceptível que atrelar os elementos de sala aula às vivências locais, assim como, retroalimentar o ensino, a partir dessas diferentes vivências, por meio do protagonismo dos professores e estudantes, evidencia-se um compromisso institucional com a democratização do acesso aos povos do campo e uma preocupação em inseri-los nas discussões acadêmicas.

Silva e Silva (2018) defendem que o curso e as práticas pedagógicas a ele atreladas devem “contemplar os princípios da educação do campo, tanto pela dimensão de apropriação dos saberes didático-pedagógicos, quanto pelo estímulo à realização de práticas pedagógicas interdisciplinares”

Essas práticas pedagógicas interdisciplinares, mencionadas por Silva e Silva (2018) revelam a necessidade de o processo de ensino e aprendizagem não ser estatístico nem alheio às características de outras disciplinas que, quando integradas, podem enriquecer a formação do indivíduo e a sua capacidade de trazer à vida social os conceitos acadêmicos.

Em complemento, Gonçalves (2018, p. 264) evidencia que mais que propostas pedagógicas, necessita-se que a educação do campo possua infraestrutura adequada, pois, para o autor, essas questões de acesso à escola “não podem prescindir da melhoria da infraestrutura das escolas, das estradas, de saneamento básico, de transporte de qualidade, de acesso à água, energia elétrica, à internet e a tantos outros insumos e processos. (Gonçalves, 2018, p. 624).

Isso decorre da necessidade de ofertar condições para todos os envolvidos no processo educativo, de modo que com a qualidade na infraestrutura se possam ter ambientes propícios a uma aprendizagem atrativa e de boa qualidade por parte daqueles que já possuem suas respectivas dificuldades de subsistência, como é o caso, dos povos do campo.

O estudo de Gonçalves (2018) traz os efeitos causados com a realização de um Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido (SIECS), sediado no IFBA de Juazeiro-Bahia, com tema Terra, Trabalho e Educação, cuja proposta de desenvolvimento é atrelada a “uma perspectiva pluralista de pensar engajadamente o conhecimento sobre Educação do Campo, com a contribuição de um coletivo plural e portador de saberes diversos: Academia, Movimentos Sociais do Campo, Movimento Estudantil e Artistas”.

Eventos como esse, que propõe o estreitamento entre os diversos povos, movimentos, academia e movimentos culturais, são de grande valia para o fortalecimento das causas dos povos do campo, haja vista que podem materializar demandas represadas e dar visibilidade às realidades vivenciadas por esses povos. No caso desse evento, pôde-se contar com uma carta Política, construída para ser entregue a diferentes atores sociais.

Assunção e Bernardelli (2017, p. 316) asseguram que para que o currículo abarque as realidades e dimensões, que estão além da sala de aula, esse deve ser “organizado de forma dinâmica e integral, havendo interdisciplinaridade dos componentes curriculares do eixo comum em conjunto com as aulas técnicas: agricultura, zootecnia e práticas agrícolas”. Trata-se assim de uma possibilidade de trazer à luz dos conhecimentos científicos e direcionados por uma adequada condução do docente a uma educação, ainda mais, popular e que beneficie aqueles que se encontram em vulnerabilidade social, cultural e econômica.

Sousa e Machado (2018, p. 590), em seu estudo sobre como promover uma proposta educativa com a juventude camponesa revelam um olhar diferenciado sobre a forma de se estimular e estruturar a produção de conhecimentos por parte dos povos camponeses. Para eles, é preciso atentar que o “movimento de produção de conhecimentos dos sujeitos do campo, não pode se limitar aos livros didáticos”. Concorde-se com Sousa e Machado (2018), ao evidenciarem que não existem fórmulas prontas, mas que essas devem ser além dos livros didáticos, mas dinâmica e viva, abarcando os diferentes contextos vivenciados por esses povos.

Docentes que participaram desse estudo asseguram que a educação ofertada é pautada em propostas que envolvam conteúdos práticos e que possam ser atrelados à natureza e à vida: “O trabalho é dentro da realidade, mas, com a preocupação de mostrar também algumas coisas lá de fora, há alguns materiais que são utilizados, a gente aproveita mais a realidade de vida deles. A natureza em si é o nosso próprio laboratório” (Sousa & Machado, 2018, p. 590).



Esses autores também complementam a fundamental atuação do docente em atrelar os saberes discutidos em sala de aula com a vida do estudante, de modo que o aprendizado seja estimulado a ser praticado no cotidiano dele.

Em sua dissertação, a autora Santos (2020, p. 83) trouxe uma proposta de uma “Sequência Didática Investigativa (SEI). O SEI buscou criar estratégias educacionais para discutir sobre o território, “haja visto a importância histórica desta categoria geográfica para os agricultores que lutam por uma Educação do/no Campo, também por terra, pelo direito de continuarem a serem agricultores e de compartilharem seus modos e saberes de produção e reprodução da vida”. Com isso, percebe-se que Santos (2020) visou trabalhar a questão geográfica do território, tratando-se a monocultura do eucalipto como uma forma de discutir sobre os conteúdos teóricos sobre a geografia, atrelando-se às peculiaridades da região.

Na dissertação de Oliveira (2020, p.121), é perceptível uma preocupação com os saberes que devem ser aplicados à estruturação de caminhos de uma educação acessível aos povos. A autora evidencia “que devem compor as práticas da escola do campo, de modo que sejam englobados saberes da terra, saberes socioculturais e saberes da organização social.

Esses saberes perpassam pela história, o modo de vida, a forma de organização dos povos e a sua atuação prática na terra, além dos seus respectivos valores culturais. Em conformidade com o autor Cunha (2019, p. 165), é preciso dar voz aos povos camponeses para que eles possam demonstrar suas potencialidades, pois “os intelectuais orgânicos, artistas-devotos da terra, têm suas ações invisibilizadas e, muitas vezes, desconsideradas a partir da falácia de que são saberes do senso comum e, portanto, sem relevância epistemológica”.

Concorda-se com Cunha (2019) no seu discurso, pois se acredita que a relevância epistemológica é observada a partir da capacidade de atrelar essas vivências práticas aos conteúdos vistos em sala de aula. Mais que isso, Silva Filho (2018, p. 172) observa nos seus achados que, para os povos camponeses, “é de grande relevância haver outros espaços de relação de poder que estejam mais equânimes e os educandos possam se expressar mais livremente”.

Esses novos espaços relevados por Silva Filho (2018) demonstram um interesse desses povos em aproximar a aula da sua realidade, vivenciando situações o mais prático possível e que ultrapassem os muros da escola.

Assim, verifica-se que experiências que agreguem valor aos povos camponeses dependem do respeito às suas singularidades e ao seu contexto cultural, às formas de

aprendizagem e aos mecanismos de envolvimento utilizados que possam facilitar a construção de saberes por parte deles e esse conhecimento seja aplicado em sua realidade.

### **Considerações finais**

Percebe-se que os povos do campo reconhecem o direito de acesso à educação como uma oportunidade de fortalecer as lutas sociais vivenciadas por eles, sendo o acesso a esse direito um encadeamento de demais direitos.

Para isso, os autores que foram elencados no aporte teórico demonstraram uma preocupação em estabelecer estratégias e mecanismos de alcance desses povos, desenvolvendo atividades fora da sala de aula, estimulando a prática com a vivência no campo, considerando as discussões e questões culturais que envolvam e fortaleçam esses povos.

Verificou-se que um dos caminhos pedagógicos mais citados foi a Pedagogia da Alternância que é a subdivisão entre a prática acadêmica e a atuação no campo como mecanismo de colocar em prática a aprendizagem. Para isso, as escolas precisarão aderir e reconhecer nessa pedagogia uma relevante forma de acesso dos povos camponeses.

Pode-se visualizar que ainda há uma reduzida quantidade de pesquisas científicas com vistas a discutir as especificidades desses povos, por isso, é preciso fomentar a ampliação dessas discussões como uma forma também de dar visibilidade às dificuldades desses povos para acesso à educação.

Por fim, identificou-se que as questões culturais e do cotidiano dos povos camponeses devem ser considerados na construção de conhecimento para que a aprendizagem seja mais significativa e efetiva.

### **Referências**

Amaral, C. M., & Mateus, K. A. de O. . (2022). Concepções de Educação do Campo: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 7, e12925. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e12925>

Assunção, A. dos S., & da Hora Bernardelli, M. L. F. (2017). Educação popular e educação do/no campo: perspectivas para uma educação inclusiva – a Escola Família Agrícola em Sidrolândia - MS. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 2(1), 294–322. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p294>

Cunha, E. C. S. (2019). *Por Dentro de uma Escola Pública Campesina em Tempos de Resistência: O Caso da Escola do Xúri* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

de Oliveira, C. F., & Fernandes, D. N. (2019). O campo e a educação: caminhos e descaminhos das políticas educacionais brasileiras. *Revista Interdisciplinar Em Cultura E Sociedade*, 4(Espec), 183–200. Recuperado de <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/10513>

de Sousa, M. de L. J., & Machado, I. F. (2018). Educação do Campo, Ensino Médio e juventude camponesa: conceitos em construção. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 3(2), 578–595. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p578>

*Decreto nº 7.352*. (2010, 4 de novembro de 2010). Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2010/decreto/d7352.htm)

dos Santos, L. O. (2020). *Egressas do Curso de Licenciatura Em Educação do Campo da UFMG: Olhares para Escolas no Contexto Campesino em Francisco Sá/MG* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

Farias, M. N., & Faleiro, W.. (2020). Educação dos Povos do Campo no Brasil: Colonialidade/Modernidade e Urbanocentrismo. *Educação Em Revista*, 36, E216229. <https://doi.org/10.1590/0102-4698216229>

Freire, P. (2010). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra LTDA.

Galvão, M. C. B., & Ricarte, I. L. M. (2019). Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção e Publicação. *Logeion: Filosofia Da Informação*, 6(1), 57–73. <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>

Gomes, E. M., Araújo, A. F. de, & Antunes-Rocha, M. I. (2019). Legislação sobre posse de terras e Educação do Campo no Brasil. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 4, e6406. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.v4e6406>

Gonçalves, M. E. S. (2018). Ecologia de Saberes na Educação do Campo como alternativa epistemológica e societal: experiência do SIECS. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 3(2), 616–632. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p616>

Lima, V. C. S. (2021). Os (des)caminhos da Educação do Campo em Campos dos Goytacazes: uma análise das políticas públicas educacionais. *Diversitas Journal*, 6(1), 1620–1637. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1575>

Marques, L. O. C. (2017). Interculturalidade na formação de professores do campo: análise de uma experiência. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 2(2), 447–471. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p447>

Oliveira, J. M. D. (2020). *Os saberes campesinos nas práticas docentes em escolas do campo no município de Riacho das Almas–PE: um olhar através dos paradigmas da educação do campo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

Pimentel, S. K., & Menezes, P. D. R. de. (2022). A Teia dos Povos e a universidade: agroecologia, saberes tradicionais insurgentes e descolonização epistêmica. *Ambiente & Sociedade*, 25, e00941. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200094r1vu2022L1AO>

Santos, R. B., & Richard, D. (2017). O Movimento dos Pequenos Agricultores na interface entre agricultura familiar e educação do campo. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 2(1), 86–105. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p86>

Silva Filho, L. G. (2018). *Por uma educação do campo popular: o caso da licenciatura em educação do campo da UFERSA* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.

Silva, D. G. D. da, & Silva, L. H. da. (2018). Licenciatura em Educação do Campo: contribuições à formação de monitores de Escolas Família Agrícola. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 3(3), 891–910. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n3p891>

Vizolli, I., Aires, H. Q. P., & Barreto, M. G.. (2018). A Pedagogia da Alternância presente nos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Famílias Agrícolas do Tocantins. *Educação E Pesquisa*, 44, e166920. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844166920>

Zenaide Alves, M., Matos, P., de Santana Inácio, F., & Daniela Pimentel Lino Carneiro, J. (2021). Que educação para os povos do campo no Sudeste de Goiás?. *Élisée - Revista De Geografia Da UEG*, 10(1), e101218. Recuperado de <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/11562>

---

<sup>1</sup>Urbanocentrismo também está intrínseco à construção da colonialidade/modernidade, tendo em vista que o ideal moderno e civilizatório para se constituir o homem moderno, estavam vinculados com os modos de vida (cultura, comportamentos) e produção (capitalista-industrial) urbanos (Farias & Faleiro, 2020, p. 5).

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 25/08/2022  
Aprovado em: 21/04/2023  
Publicado em: 19/07/2023

Received on August 25th, 2022  
Accepted on April 21th, 2023  
Published on July, 19th, 2023

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### **Avaliação do artigo**

Artigo avaliado por pares.

#### **Article Peer Review**

Double review.

#### **Agência de Fomento**

FACEPE.

#### **Funding**

FACEPE.

#### **Como citar este artigo / How to cite this article**

APA

Negromonte, R. F. M., & Silva, M. F. G. (2023). Povos Campesinos: caminhos para a democratização de acesso à educação. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 8, e14765. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.exxxxx>

ABNT

NEGROMONTE, R. F. M.; SILVA, M. F. G. Povos Campesinos: caminhos para a democratização de acesso à educação. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 8, e14765, 2023. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.exxxxx>